

FASES DA ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA: A GRAMÁTICA NORMATIVA E A COMUNICAÇÃO ESCRITA NO ENSINO MÉDIO

Antônio Cilírio da Silva Neto (UEMA)

cilirio.neto@gmail.com

Maria de Lourdes Moreira Rodrigues (UEMA)

moreirarodriguesm874@gmail.com

Eliane da Silva do Nascimento (UEMA)

elianesilvasatil03@gmail.com

RESUMO

O presente artigo aborda sobre a cronologia histórica da língua portuguesa contemplando as principais fases, desde o período medieval até o que se convencionou na última reforma do Acordo Ortográfico de 1990. O estudo fundamenta-se nas contribuições dos teóricos Henrique (2021), Coutinho (2005), Bechara (2019), Bassetto (2013) e Moraes (2008) para investimento pontos relevantes do contexto histórico da evolução linguística que foram significantes e influenciaram diretamente nas mudanças ocorridas na escrita. Com base em materiais já publicado, esta pesquisa é de natureza qualitativa e bibliográfica. Ademais, ressaltam-se as divergências nas ortografias entre o Brasil e Portugal e as reformas necessárias para a possível padronização da escrita, posteriormente, a unificação ortográfica do idioma entre os países integrantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Diante disso, o acordo ortográfico de 1990 trata de uma convenção social prescrita nas gramáticas normativas tendo como propósito a integridade na comunicação escrita entre seus falantes e a preservação da Língua Portuguesa.

Palavras-chave:

Escrita. Acordo Ortográfico. Evolução linguística.

ABSTRACT

This article addresses the historical chronology of the orthography of the Portuguese language, covering the main phases, from the medieval period to what was agreed upon in the last reform of the Orthographic Agreement of 1990. The study is based on the contributions of theorists Henriques (2021), Coutinho (2005), Bechara (2019), Bassetto (2013), and Moraes (2008) to investigate relevant points in the historical context of linguistic evolution that were significant and directly influenced the changes that occurred in writing. Based on previously published materials, this research is of a qualitative and bibliographic nature. Furthermore, the differences in orthography between Brazil and Portugal and the reforms necessary for the standardization of writing and, subsequently, the orthographic unification of the language among the member countries of the Community of Portuguese Language Countries (CPLP) are highlighted. In view of this, the 1990 Orthographic Agreement is a social convention prescribed in normative grammars with the purpose of ensuring integrity in written communication between its speakers and preserving the Portuguese language.

Keywords:
Writing. Linguistic evolution. Orthographic Agreement.

1. Introdução

O interesse deste estudo foi abordar e apresentar como o acordo ortográfico contribuiu para a normatização da escrita e as suas fases, correspondentes, ao longo processo de evolução da língua. Para isso, remontamo-nos ao contexto histórico e à língua portuguesa como a conhecemos hoje com suas origens e ampliação, o que possibilitou o contato com outras culturas e a diversidade de povos, o que foi significativo para o surgimento de novos dialetos.

Sabe-se que, a escrita passou por várias alterações associadas às mudanças políticas, sociais, culturais e linguísticas de cada época. Assim, ela passou por três períodos distintos: fonético, pseudoetimológico e o simplificado. Este último possibilitou padronizar e simplificar a compreensão da escrita por meio do acordo ortográfico.

A língua portuguesa é falada por, aproximadamente, 260 milhões de pessoas em nove países de quatro continentes: África, Ásia, América e Oceania. Para que o português se tornasse a língua oficial, foi criada a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), cujo objetivo foi unificar as normas ortográficas, a preservação do idioma e o fortalecimento governamental, culminando em um crescente desenvolvimento nos setores políticos, sociais e comerciais dos estados membros.

Portanto, nesta pesquisa abordou a cronologia histórica da língua portuguesa, contemplando as principais fases da ortografia, desde o período medieval até a última reforma do Acordo Ortográfico (1990). Enfim, esse acordo tratou-se de uma convenção social prescritiva com normativas de comunicação escrita entre seus falantes da CPLP, assim como para a preservação da Língua Portuguesa.

2. Breve contexto histórico do português

De acordo com os estudos de Bassetto (2005), sobre o latim clássico e o vulgar, a língua portuguesa faz parte das Línguas Românicas, por consequência de transformações ocorridas por séculos e em diferentes épocas da história.

Segundo Bassetto (2005), Roma foi o lugar originário do latim, antes um simples dialeto, sem nenhum refinamento, falado por camponeses e pastores localizados a margem do rio Tibre, na Península Itálica. Roma e outros povos, que habitavam a região peninsular, viviam em constantes guerras por disputas territoriais. Devido às estratégias de combate, fortes alianças e constantes vitórias foram responsáveis para a ascensão da Cidade Roma. No decorrer desse contexto, registra-se três formas de governos: monarquia, república e império.

Através das conquistas militares, o Império Romano alcançou sua máxima extensão territorial, composto por 301 províncias. Nesse período, o império abarcava uma parte da Europa, da África e da Ásia. Posteriormente, em decorrência de vários fatores. Dentre eles, destacam-se as guerras e as invasões sofridas de outros povos ocasionaram a queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C., marco inicial da Idade Média (Cf. BASSETTO, 2005).

Em consideração ao que foi citado por Bassetto (2005), percebeu-se que, o exército romano objetivava a expansão territorial, a obtenção de riquezas e a imposição do seu poder político aos demais povos conquistados, paralelo a isso, os soldados romanos incorporavam e disseminavam sua cultura e sua língua. Essa evolução linguística resultou diversas variedades locais do latim vulgar. No entanto, por decadência do Império, evidenciou-se uma transição do poder político, cultural e linguística, influenciado pelo dialeto dos bárbaros surgiram outras versões do latim vulgar.

Durante as conquistas territoriais, o latim vulgar foi levado à Península Ibérica pelos soldados romanos no século III a.C. E lá, ela diversificou-se com as línguas já existentes de outros povos. Na fase imperial, a península foi organizada em três províncias: Terraconense, Bética e Lusitânia (Cf. COUTINHO, 2005).

Com a queda do império no século V d. C, favoreceu para a ocupação de povos germânicos nos antigos territórios romanos. O latim, como sempre, começou a sofrer influência dos vândalos, suevos e visigodo. O reinado visigodo manteve-se no poder até o século VIII, quando os árabes invadiram a Península Ibérica e os derrotaram, pondo fim no seu reinado. Em poucos anos, quase toda região estava sob domínio islâmico, com exceção do norte, por se uma área montanhosa de difícil acesso, os refugiados visigodos lá se estabeleceram e formaram uma resistência cristã. Posteriormente, dando origem aos reinos de Leão, de Castela,

de Navarra e de Aragão, mais tarde, eles foram os responsáveis pela reconquista (Cf. COUTINHO, 2005).

Conforme esse autor, os muçulmanos fixaram-se nessa região por um longo período. Eles foram os principais responsáveis pela transformação do cenário político, religioso, cultural, econômico, social e linguístico. Essa influência foi tão forte, que muito hispano-godos assimilaram os costumes e a língua árabe esquecendo do romance, língua falada antes da invasão dos árabes. Essas pessoas passaram a ser conhecidos como moçárabes. Nessa época, o árabe era a língua oficial. Contudo, o romance, popularmente conhecido como o latim vulgar modificado, perdurou na fala do povo subjugado (Cf. COUTINHO, 2005).

No século IX ao XII, desenvolveu-se o galego-português na região da Galiza e do Condado Portucalense.

As palavras e expressões portuguesas que transparecem nos documentos latino-barbáricos constituem o que costumo chamar português proto-histórico, que é a primeira fase do português arcaico. Esta primeira fase pode dizer-se que durou até o séc. XII, pois em tal época principiou a escrever-se a nossa língua, ou pelo menos é de então que datam os mais antigos documentos portugueses que possuímos. Do séc. XII aos meados do XVI, a língua diferencia-se bastante da atual: é a língua arcaica propriamente dita. (VASCONCELUS, 2010, p. 15)

Devido algumas conquistas a expansão territorial, D. Afonso Henrique proclamar-se rei de Portugal em 1143, o português arcaico vindo do Norte se espalhou para o Sul (Cf. COUTINHO, 2005). E no reinado de Afonso III já estava consolidada “a independência política de Portugal, deveria necessariamente resultar, o que de feito resultou, – a diferenciação entre o português e o galego” (COUTINHO, 2005, p. 55). Assim, o português passou a ser a Língua oficial de Portugal enquanto o galego manteve-se no Norte, região da Galiza.

Sob o reinado de “D. Diniz que oficializou o português como língua veicular dos documentos administrativos, substituindo o latim” (BECHARA, 2019, p. 28). Essa oficialização elevou o português para uma língua de alta relevância. Antes falada no cotidiano do povo para a língua oficial nos documentos do reino, tornando a erudita e de prestígio, fortemente disseminada entre seus falantes e usada na educação e na literatura.

Segundo Coutinho (2005), nos séculos XV e XVI, evidenciou-se uma forte influência na literatura portuguesa, o século do ouro, com grandes escritores renomados produzindo os mais diversos gêneros lite-

rários e não literários consolidando a literatura portuguesa. Um dos mais conhecidos está Luís de Camões, com a obra *Os Lusíadas*, onde exalta as descobertas marítimas e o povo português.

Ademais, durante a expansão marítima, Portugal liderou grandes navegações, explorou novas rotas marítimas, que favoreceu o comércio e propagavam a fé cristã. Além de expandiu a língua portuguesa para outras partes do mundo, como na África, Ásia, América e Oceania.

Enfim, conforme, os estudos de Cunha e Cintra (2016), a fase do Português Moderno, se inicia do século XVIII e vai até os dias atuais. E esse período é marcado com a preocupação de uma padronização e uma reforma da língua portuguesa, para elaborarem uma ortografia unificadora entre os países falantes do mesmo idioma. Principalmente, por eles estarem geograficamente distantes. Hoje, o português é a língua oficial do Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.

3. Metodologia

No estudo da ortografia do português, na perspectiva do ensino da gramática brasileira, diretrizes e estratégias foram adotadas para o desenvolvimento dos objetivos. Primeiramente, coletamos dados que foram analisados qualitativamente. Sabe-se que, a análise qualitativa depende de muitos fatores como a natureza dos dados coletados, a extensão da amostra, os instrumentos de pesquisa e os pressupostos teóricos. Sendo assim, definiu-se esse processo como uma sequência de atividades que envolveu a catalogação, a categorização e sua interpretação.

A pesquisa foi desenvolvida com base nos conceitos mobilizados dos textos de teóricos que sustentam a importância do ensino e aprendizagem da ortografia como Henriques (2021), e outros, para os quais o ensino da língua portuguesa tem importância na vida escolar do aluno e no desenvolvimento de uma educação de qualidade, sendo um desafio para os professores esse ensino da norma padrão.

Utilizou-se a abordagem exploratória por proporcionar familiaridade com o problema e com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Aqui, buscou-se o aprimoramento de ideias e a descoberta de intuições. O planejamento foi, portanto, flexível, porque levou em consideração os mais variados aspectos relativos à ortografia.

A amostra foi coletada em uma sala de aula do 1º ano de um Centro de Ensino, em que se visualizou a influência da língua portuguesa, especificamente, da ortografia.

Dessa maneira, num primeiro momento apresentamos a periodização da história da ortografia e nas aulas seguintes falamos sobre o acordo ortográfico e produzimos uma prática sobre a nossa ortografia. Concordeu-se que lidar com dificuldades na aquisição da linguagem escrita e oral aproxima-nos da promoção desse estudo para alunos do 1º ano do Ensino Médio.

4. Periodização da história da ortografia portuguesa

Com embasamento no material estudado, apresentado por Henriques (2021), a ortografia portuguesa é frequentemente dividida em três períodos, com datações, textos, documentos e convenções que os distinguem.

Figura 1: Marcos iniciais dos períodos da ortografia portuguesa.

PERÍODO	MARCOS INICIAIS
FONÉTICO	Estende-se deste 1196 com: <i>Ora faz ost' o senhor de Navarra</i> , primeiros textos datado e escrito em língua portuguesa até o final do século XV.
PSEUDOETIMOLÓGICO	Inicia-se em 1489 com documento: <i>Tratado de Confissom</i> , vai até os primeiros anos do século XX.
SIMPLIFICADO	Inicia em 1904, ano da publicação de <i>Ortografia Nacional</i> , de Gonçalves Viana.

Fonte: Henrique, 2021.

4.1. Período Fonético

Henriques (2021) aborda que o período fonético coincidia com a fase arcaica da língua portuguesa. Nessa fase, não havia a preocupação de escrever de acordo com a origem das palavras, o falante escrevia conforme as pronunciavam. Percebia-se que havia falta de sistematização e até de coerência, já que o mesmo sinal gráfico era usado com valores diversos, às vezes no mesmo texto.

Figura 2: Função e uso do ‘h’ durante a escrita.

Função do h	Com ‘h’	Sem ‘h’
Podia indicar a tonicidade da vogal.	He	É

Marca a existência de um hiato.	Trahedor	Traidor
Representa o fonema /i/.	Sabha	Sabia
Figurar sem função definida.	Hua ,hidade	Uma, idade
Conforme o hábito do escrivão, a palavra podia ser grafada:	Havia	Avia
	Hoje	Oje
	Homem	omem, ome

Fonte: Henrique, 2021.

4.2. Período Pseudoetimológico

Para Henriques (2021), a influência humanística na grafia portuguesa ao tentar aproximá-la do latim. Para esse autor, no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII muitos estudiosos buscavam imitar os clássicos latinos e gregos. Assim, os estudos não havia fundamentação sólida ao conhecimento linguístico de seus autores (Duarte Nunes de Leão, Álvaro Ferreira de Vera, João Franco Barreto, Madureira Feijó, Luís do Monte Carmelo, entre outros), e propiciavam uma ortografia pretensiosa e cheia de complicações inúteis, contrária ao princípio da evolução do idioma.

Figura 3: Transcrição de palavra de origem grega e duplicação de consoantes intervocálicas.

Letra (s) grego (s)	Ex.: escrita portuguesa
PH	Philosophia, nympha, typho
TH	Theatro, Athenas, esteta
RH	Rhombo, reumatismo
CH com som de [K]	Chimica, cherubim, technico
Y	martyr, pyramide, hydrophobia
Duplicação de consoante intervocálicas	Approximar, abbade, gatto, bocca, etc.

Fonte: Henrique, 2021.

4.3. Período Histórico – Científico ou Simplificado

O contexto histórico reformista das convenções ortográficas entre os países lusófonos até o último Acordo estabelecido em 1990, conforme Henriques (2021) se inicia com Adolfo Coelho, esse estudioso fez o percurso do estudo da ortografia portuguesa como base científica, iniciando seu trabalho em 1868 com uma nova perspectiva do assunto. E Gonçalves Viana foi o grande renovador ao publicar a obra Ortográfica Nacional em 1904, sendo ponto de partida para todos os desenvolvimentos posteriores da ortografia portuguesa. Os princípios de Gonçalves Viana, originalmente proposto em 1885, eram:

- (1) Proscrição absoluta e incondicional de todos os símbolos de etimologia grega: th, ph, ch (= k), rh e y.
- (2) Redução das consoantes dobradas a singular, com exceção de rr e ss mediais, que têm valores peculiares.
- (3) Eliminação de consoantes nulas que não influam na pronúncia da vogal precedente.
- (4) Regularização da acentuação gráfica. (HENRIQUES, 2021, p. 84)

O governo português nomeou em 1911 uma comissão para estudar as bases da reforma ortográfica, composta por nomeados filólogos. No mesmo ano, foi oficializado em Portugal a “nova ortografia”, estendida ao Brasil em 1931 por meio de um Acordo firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, com a aprovação de ambos os governos contribuíram para a unificação. Mas por questões políticas, em 1930, Getúlio Vargas assume a presidência, o Acordo não durou muito tempo devido à promulgação da Constituição de 1934.

A Convenção Luso-Brasileira de 1943 revigorou o acordo de 1931. No ano de 1945 os delegados das duas Academias reuniram-se em Lisboa, devido às modificações ocorridas nas Conclusões Complementares do Acordo de 1931. Henriques (2021, p. 49) menciona que após as “conclusões geraram protestos inflamado de prestigiados professores brasileiros”. O autor discorre especialmente Clóvis Monteiro e Júlia Nogueira, promovendo uma cisão na questão ortográfica do português.

A ortografia de 1945 entrou em vigor em Portugal no dia 1º de janeiro de 1946, mas não está em uso no Brasil, onde continua valendo a “ortografia de 1943”, consubstanciada no PVOLP (Pequena Vocabulário Ortográfica da Língua Portuguesa. Imprensa Nacional, 1943), da Academia Brasileira de Letras. (HENRIQUES, 2021 p. 49)

Por consequência disso, Portugal implementou a ortografia de 1945 em 1946. O Brasil continuou com a ortografia de 1943, na qual, se estabeleceu no PVOLP da Academia Brasileira de Letras. No ano de 1971, houve pequenas alterações na acentuação gráfica, aprovada pelo Congresso Nacional Brasileiro, em conformidade ao Acordo Ortográfico de 1943 entre Brasil e Portugal.

Figura 4: Cronograma do período reformista.

Datas	Fatos
1901	Medeiros e Albuquerque propõem, em sessão da ABL que se nomeie comissão para fixar a ortografia oficial da Academia. O presidente Machado de Assis nomeia Medeiros e Albuquerque, José Veríssimo e Silva Ramos.

1904	Gonçalves Viana publica a ortografia nacional, contendo as bases de sua proposta de reforma ortográfica
1907	Academia Brasileira de Letras aprova um sistema ortográfico simplificado.
1/9/1911	O governo português aprova a proposta da Academia das Ciências de Lisboa e ordena que a ortografia nela proposta seja adotada oficialmente.
1912	A ABL é convidada pela ACL a tratar da uniformização ortográfica.
1915	A ABL aprova proposta de Silva Ramos de que se harmonizem as reformas de 1907 (brasileira) e 1911 (portuguesa).
1919	A ABL aprova a proposta de Osório Duque Estrada de que se revogue a adesão à ortografia portuguesa.
15/7/1931	Brasil: Decreto nº 20.108 – admissão de uso da ortografia aprovada pelas duas Academias em repartições públicas e estabelecimentos de ensino.
2/8/1933	Brasil: Decreto nº 23.028 – obrigatoriedade de uso da nova ortografia.
23/2/1938	Brasil: Decreto-Lei nº 292 – ratificação do acordo de 1931.
1940	A ACL publica o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.
8/12/1943	A ABL publica o pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa.
De 12/7 a 6/10/1945	Conferência Interacadêmica de Lisboa: modifica radicalmente as bases do acordo de 1931.
5 e 8/12/1945	Brasil: Decreto-Lei no 8.286 – aprova o Acordo da Conferência Interacadêmica. Portugal: Decreto-Lei no 35.228 - também aprova o Acordo.
14/7/1948 a 21/10/1955	Brasil: tramitação de mensagens de revogação do Decreto-Lei de 1945; Decreto-Lei nº 2.623: restabelecimento do sistema de 1943.
18/12/1971	Brasil: Lei nº 5.765 - simplificação ortográfica
1981	Publicação do VOLP
12/5/1986	Salvador: reunião da Comissão Negociadora das Bases do Acordo Ortográfico entre países de Língua Portuguesa
1990	Lisboa: assinatura do Acordo (por representantes dos sete países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, CPLP).
2002	Brasília, IV conferência dos Países de Língua Portuguesa (com oito países, já incluído o Timor Leste) retoma os debates sobre o Acordo Ortográfico.
29/9/2008	Assinatura do Brasil do decreto no 6.583, que promulga o Acordo Ortográfico de 1990.
2016	Fim da fase de tramitação no Brasil (em 1º de janeiro) e abertura do portal do VOC (Vocabulário Ortográfico Comum).

Fonte: Henriques, 2021

Para melhor entendimento, o autor destaca Portugal sofreu mais alterações na ortografia do que o Brasil. Por exemplo: as consoantes mudas ‘c’ e ‘p’, anteriormente grafadas nas palavras, eram usadas apenas em Portugal; elas foram retiradas, mas permaneceram em outras; alguns acentos permaneceram na grafia, como marca das pronúncias específicas

dos países de origem; para o uso do hífen, têm-se as regras específicas do uso; o trema não é mais utilizado no Brasil; a reabilitação das letras ‘k’, ‘w’ e ‘y’ no alfabeto e o uso do ‘h’. Essas foram algumas das modificações ocorridas devido ao Acordo.

Diante das alterações na ortografia, têm-se opiniões favoráveis e contrárias. Logo, porque a adesão do acordo vai além das questões ortográficas, abrangendo aspectos linguístico, culturais, sócias e políticos.

Entende-se por contrário, se levar em consideração o apego pela grafia, as reformas só ocorreriam a favor do próprio interesse linguístico do país; e favorável, ao se pensar numa reforma com o intuito de fortalecimento e ampliação do idioma para facilitar a comunicação entre os falantes da comunidade lusófona, mesmo que cada país disponha de suas próprias características linguísticas.

5. *O Acordo ortográfico, a gramática normativa e a comunicação escrita no Ensino Médio*

O novo acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, reuniu-se na academia da Ciência de Lisboa os setes dos oitos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) assim, desenvolvendo um papel central na reforma. Os países que elaboraram o acordo ortográfico: Brasil, Portugal, Angola, Moçambique, São Tome e Príncipe, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Timor. De acordo Biênio (2014), “o acordo ortográfico da Língua Portuguesa entrará em vigor em 1º de janeiro de 1994, após depositados os instrumentos da retificação de todos os Estado junto do Governo do República” (BIÊNIO, 2014 p. 12).

O acordo buscou unificar a escrita com os países lusófonos. De acordo com Lourenço (2016), discorre que após “assinatura de 1990 com os outros Estado-Membros CPLP, para padronizar as regras ortográficas”, assim, o acordo ratificado pelo Brasil em 2008, mas apenas foi implementado sem obrigatoriedade no ano 2009. Porém as regras tinham previsão para ser cobrado em vigor para 1º de janeiro de 2016. Além do mais, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, foram promovendo a interação entres os países, para tornar o português em uma língua de maior coesão entre os membros.

E, assim, esse acordo ortográfico exerceu a função de padronizar e unificar a ortografia dos países falante da língua portuguesa. Conforme o decorrer dos anos, a língua, no seu processo natural de evolução, passou

por várias modificações e transformações. Percebe-se que a língua é um ser vivo que se adequa ao tempo e ao espaço. Devido à localização geográfica entre os países lusófonos, esses possuem uma variante da língua portuguesa que está arraigada por características culturais e identitárias de seu povo, essa peculiaridade influencia diretamente na gramática normativa e na comunicação escrita, ou seja,

[...] a ortografia funciona assim como um recurso capaz de se cristalizar na escrita, nas diferentes maneiras de falar dos usuários de uma mesma língua. Escrevendo de forma unificada podemos nos comunicar mais facilmente. (MORAIS, 2008, p. 19)

O autor destaca a relevância de uma padronização na escrita, do contrário, se as pessoas escrevessem como falam, a escrita seria diversificada igual ao período fonético. Assim, ela estaria atribuída às características próprias de cada pessoa. Estabelecer uma única maneira de escrita é garantir, possivelmente, a legibilidade das palavras.

Trabalhar o acordo ortográfico, a gramática normativa e a comunicação escrita no ensino médio no Brasil torna-se desafiador por se tratar de um país com variedade cultural e linguística, resultado de um contexto histórico advindo de indígenas, portugueses, africanos, asiáticos entre outros. Isso contribui para a legitimidade da língua em todas as regiões, com seus sotaques e dialetos.

Dessa forma, a partir de 2009, tanto as gramáticas quanto os livros didáticos foram atualizados com o novo acordo ortográfico. Ambos contribuindo e auxiliando professores e alunos no ensino e aprendizagem, possibilitando, ainda, o contato direto com a norma padrão da língua, porque é na escola, como ambiente onde o aluno desenvolve suas competências e habilidades linguístico-gramaticais desde a alfabetização, que cabe ao professor ensinar a norma padrão do português aos alunos, a forma correta da nossa ortografia, a partir do novo acordo.

Segundo Cipro Neto e Infrante (2008, p. 35), a palavra ortografia é composta pelos elementos gregos: orto = correto; e grafia = escrita. Sendo assim, a ortografia é a parte da gramática que se preocupa com a correta representação escrita das palavras. Esse estudo envolve um conjunto de regras que regem a grafia correta das palavras em uma determinada língua, já que a escrita considera tanto os critérios fonológicos quanto etimológicos.

Em nossas observações, durante a aprendizagem da ortografia foi comum percebermos erros ortográficos na escrita dos alunos do ensino

médio, havia muita correlação entre letra e som. O erro ortográfico, por assim dizer, pode estar relacionado as regularidades e irregularidades presente na grafia dos vocábulos. Por isso, “o aprendizado da ortografia é um processo gradual, complexo que requer tempo e que não envolve só a memória” (MORAIS, 2008, p. 120), mas requer reflexão e compreensão das regras por parte do estudante, para escrever de forma clara e padronizada.

6. *Prática da Ortografia no Ensino Médio*

A descrição apresentada, logo abaixo, trata-se de uma atividade que ocorreu durante uma prática com alunos do 1º ano do Ensino Médio. Inicialmente, foi escolhida uma crônica, “A doida”, de Carlos Drummond de Andrade, para que os alunos fizessem uma leitura coletiva. Depois, conversamos sobre a temática abordada para instigá-los a apresentarem suas opiniões, assim observando se tinham compreendido a mensagem presente no texto.

Em seguida, pedimos para que elaborassem um texto com o seguinte tema: “Marginalização dos loucos: como a sociedade enfrenta o que não compreende”. Ao término, recolhemos seus respectivos textos.

Ao dispormos dos textos, dos alunos, tivemos a oportunidade de constatar alguns erros presentes de ortografia. Com base em dois textos diferentes analisamos os seguintes critérios: observar somente os erros existentes na escrita e a aplicação da acentuação gráfica.

Ao lermos o texto, observou-se alguns erros presente na escrita das palavras: desnascara (desmascara), encaixan (encaixam), assin (assin), neio (meio), neu (meu), devian (deveriam), cono (como), alenlados (atentados), una (uma), Drunnond (Drummond), naus (mal).

Nas palavras apresentadas há erros constantes na troca de *m* por *n*. Isso ocorreu em todas as palavras em que utilizavam de *m* na escrita. A regra diz que “usa-se *m* antes de *p* e *b* – *mb*, *mp* – e, em geral, no final das palavras. Usa-se *n* antes de outras consoantes” (GIACOMOZZI, VALÉRIO, VALÉRIO, 2015, p. 13). Para Bechara (2019) o *m* e o *n* marcam sinal de nasalização das vogais que as antecedem.

Analizou-se, ainda, que essas palavras não coincidem com a regra do *m* antes do *p* e *b*. Por outro viés, temos palavras com a inicial *m*, também presente no final das palavras; esta última faz parte da regra. No

entanto, o aluno parece não ter esse conhecimento ou ele se confunde com o som das letras ao escrevê-las. A palavra: *alenlados*, aqui, talvez, esse aluno tenha esquecido de fazer o traço na letra *t*. Também não usou corretamente a regra de uso dos vocábulos *mal* e do *mau*. “mal (advérbio) – contrário de bem, mau (adjetivo) – contrário de bom” (GIACOMOZZI, VALÉRIO, VALÉRIO, 2015, p. 13).

Alguns erros presentes no texto do aluno de número 2: *historia* (história), *tambem* (também), *criticas* (críticas), *tem* (têm), *mais* (mas), *nois* (nós). Nessa análise, pertencente ao aluno de número 2, percebeu-se a dificuldade de acentuar palavras corretamente.

Segundo Bechara (2019), a palavra *história* por ser uma paroxítona terminada em ditongo, o acento se estabelece na penúltima sílaba, que é a tônica. A palavra *também* se trata de uma oxítona terminada em *-em*. Já na palavra *críticas*, o acento por estar na antepenúltima sílaba se trata como uma proparoxítona. Nos verbos: *tem* e *têm*, ambas são formas conjugadas o verbo *ter*, e fazem parte das regras especiais de acentuação; quando conjugado, recebe o acento circunflexo na terceira pessoa do plural no presente do indicativo. No texto em que ele estava inserido, era para receber o acento; no entanto, ele não foi acentuado.

Na utilização das palavras *mais* e *mas*, comumente os alunos apresentam dúvidas, porque ambas estão corretas. Cabe ao aluno entender, a partir do ensino, que, apesar de terem grafia e sons semelhantes, elas possuem significados diferentes: o *mais* é um advérbio de intensidade, e o *mas* é uma conjunção coordenativa adversativa. O uso adequado se atribui ao contexto em que elas estão inseridas. Na grafia do pronome pessoal *nós*, é comum os alunos terem dúvidas, devido à relação existente entre letra e som. Como foi demonstrado na escrita do aluno (Cf. BECHARA, 2019).

Diante do exposto, percebeu-se que os erros são constantes na escrita dos alunos da instituição, o que precisa ser sanado, caso contrário, esse problema se estenderá aos anos subsequentes. Por consequência, percebeu-se, uma insegurança nas suas produções escritas, principalmente em relação ao domínio da ortografia. Nesse caso, há a necessidade do professor proporcionar explicações e correções em outros momentos, enfatizando as regras ortográficas. Portanto, esse profissional precisa considerar que cada aluno possui dificuldades diferentes e que progridem de maneira distinta na aprendizagem.

7. *Considerações finais*

Conforme a cronologia apresentada sobre as fases da ortografia da língua portuguesa e os materiais didáticos ampliaram a comunicação escrita no ensino médio, notou-se que essas mudanças foram fundamentais para a normatização e propagação da língua. Foi a partir da língua que se teve expansão territorial e políticas. O latim, como língua oficial do império, adquiriu posição de prestígio e era usada em setores acadêmicos, religiosos, jurídicos e culturais, que perdurou por vários séculos, mesmo após a queda do Império Romano. O latim foi responsável pelo surgimento das línguas românicas, dentre essas a língua portuguesa.

Soube-se, que foi na Península Ibérica, por conta das constantes guerras e influências linguísticas de outros povos, que o latim vulgar modificou-se, uma de suas vertentes foi a língua portuguesa, que no reinado de Dom Diniz estabeleceu-se como a língua oficial do reino e usada nos documentos reais. Assim, garantiu-lhe uma posição de respeito e prestígio, fortemente disseminada em vários setores.

Compreendeu-se que, os períodos ortográficos registram a evolução contínua da língua portuguesa através da escrita. No período fonético, as pessoas registravam sua grafia à maneira como falavam e, assim, não existia um padrão a ser seguido; no período pseudoetimológico evidenciou um retrocesso ao se adotar uma escrita rebuscada baseada na grafia latina; e, por último, no reformista houve a necessidade de estudar as bases para uma reforma ortográfica da língua portuguesa composta por especialistas que objetivavam tornar o português escrito acessível para os falantes.

Constatou-se divergências nas ortografias entre o Brasil e Portugal, em que as reformas culminaram para a padronização da escrita junto aos demais países que partilham do mesmo idioma, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Essa organização atua como uma organização em defesa de bens comuns da língua, o que fortalece e contribui para a preservação do idioma, além, do desenvolvimento nos setores políticos, social, comercial, literário e cultural entre os países integrantes.

Enfim, o acordo ortográfico de 1990 tratou de ser uma convenção social prescrita para os documentos oficiais, para as gramáticas normativas e livros didáticos, com o propósito de ajustamento na comunicação escrita entre seus falantes e participantes das comunidades de língua portuguesa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Brasil. *Acordo ortográfico da língua portuguesa: atos internacionais e normas correlatas*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2014. 100p.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 39. ed., ver. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2005.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luís F. Lindley. *Nova gramática do português contemporâneo*. 7. ed. Rio de Janeiro-RJ: Lexicon, 2016.

GIACOMOZZI, Gilio; VALÉRIO, Gildete; VALÉRIO, Geonice. *Descobrendo a gramática*, 4º ano. 1. ed. São Paulo: FTD, 20015.

HENRIQUES, Claudio Cezar. *Fonética, Fonologia e Ortografia*. 5. ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Alta Books, 2021.

LIMA, Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio 2011.

MORAIS, Artur Gomes de. *Ortografia: ensinar e aprender*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2008.

VASCONCELOS, J. L. Origem e evolução da Língua Portuguesa. *Estudo da língua portuguesa: textos de apoio*. Cap. 1, p. 13-18, Brasília: FUNAG, 2010.